


## ATA DE REUNIÃO CI Nº 39/2023

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2023 (dois mil e vinte três), às 10 (dez) horas, reuniram-se de forma presencial na sede do Simca, o Comitê de Investimentos - CI, nomeado através do Decreto Municipal nº 4502/2022, com a presença dos seguintes membros: o coordenador Marcelo do Pinho Belmudes, o gestor Júlio César Ritta Almeida e o membro do Comitê Aleks de Lima para a reunião ordinária do mês de novembro. Cumprindo o previsto nas legislações em vigor e deliberaram sobre a proposta de Política Anual de Investimentos para o exercício 2024. A Política de Investimentos foi elaborada pela consultoria Referência e a meta da PI será de IPCA + 5,25%a.a. seguindo as premissas da taxa parâmetro na Portaria MPS nº 3.289/2023, sendo que a estratégia alvo ficou em 100%. Foi observado que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução 4.963/2021 e Portaria 1467/2022. Ainda, do presente documento, extraiu-se que as expectativas de mercado para o exercício de 2024, até o presente momento, sinalizam um caminho que passa pela continuidade do ciclo de queda da Selic, pela observância do teto inflacionário e por um tímido crescimento econômico, tendo em vista a defasagem do contracionismo monetário iniciado ainda em 2021. Soma-se a isso o olhar atento do mercado no que refere há condução da política fiscal, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar as incertezas do mercado e, conseqüentemente, os riscos. Nesse contexto, a calibragem da política monetária a ser conferida pelo BACEN precisará estabelecer um adequado equilíbrio entre controle inflacionário e retomada do crescimento econômico, além de manter respectiva cautela quanto ao rumo dos juros norte-americanos, uma vez que elevações acima do previsto podem limitar o ritmo de queda da Selic. Em síntese, a segurança e os prêmios atrativos pagos pelos títulos da dívida dos EUA incentivam a evasão de recursos, obrigando o Banco Central brasileiro a também ponderar essa variável quando da definição de sua política monetária. No mesmo sentido, torna-se necessário uma maior clareza quanto às regras do novo arcabouço fiscal, principalmente no que diz respeito às suas fontes de custeio, sob o risco de o Estado mais uma vez incorrer em déficit primário e, por consequência, agravar a relação dívida/PIB. O desafio é conciliar um orçamento já bastante ajustado com as diversas demandas sociais assumidas pelo Governo, sem que o aumento de receita previsto venha a obstaculizar ainda mais a retomada da atividade econômica. Do ponto de vista externo, além da preocupação com as taxas de juros norte-americanas, o desempenho da China, principal parceiro econômico do país ao longo dos últimos anos, também estará no horizonte dos investidores. Confirmando as atuais previsões da OCDE e do FMI, a China terá mais um ano de crescimento abaixo de sua média histórica, o que implicará prejuízo às exportações brasileiras, sobretudo das commodities, tanto no que se refere às cotações internacionais de preços quanto aos volumes embarcados. Os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio também irão pautar a agenda econômica nacional, uma vez que novos choques de oferta reacenderiam o risco inflacionário, comprometendo as previsões de queda da Selic e exigindo esforços fiscais que dificilmente estarão ao alcance do Governo na magnitude necessária. Diante deste cenário, a preferência segue sendo por títulos de prazos mais curtos, pelo menos nos primeiros meses de 2024, período em que as incertezas quanto à evolução dos juros nos EUA e há condução da política fiscal brasileira restarão potencializadas. A partir disso, os investimentos em títulos de maior duração poderão novamente tornar-se atrativos, especialmente se as expectativas de médio e longo prazo indicarem quedas da Selic em ritmo acima do inicialmente previsto. Todo esse contexto requer prudência na escolha pelas melhores opções, recomendando-se uma adequada e obrigatória diversificação do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui ressaltadas. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância as atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública. Considerando o posicionamento histórico nos

Aleks de Lima

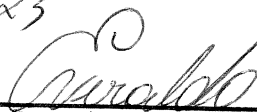


investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento dos seus gestores, ressaltamos que o RPPS possui o perfil de investidor: CONSERVADOR. Após a apresentação e esclarecimentos da presente Política de Investimento, os conselheiros, por unanimidade, aprovaram a Política Anual de Investimentos para o exercício 2024, devendo o RPPS continuar observando a lista exaustiva do MPS para fins de credenciamento das instituições financeiras. Em ANEXO, Quadro Resumo da Política de Investimentos – Resolução CNM nº 4.963/2021. Dando continuidade na reunião e conforme mencionado na Ata anterior, seja Ata de nº 38 sobre o FATO RELEVANTE RJ1 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.066.258/0001-30, na qualidade de administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LSH MULTISTRATÉGIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.798.354/0001-09, onde veio informar, que o Contrato de Administração Hoteleira do LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“LSH” ou “Investida”), com a Empresa OWN MANAGEMENT LSH LTDA., foi rescindido, em 25 de setembro de 2023, tendo em vista os descumprimento de diversas cláusulas contratuais, e que, no dia 27 de setembro de 2023, foi assinado um novo Contrato de Administração Hoteleira com a Empresa LAGHETTO ADMINISTRADORA DE HOTÉIS LTDA, que tem como condição de eficácia, a aprovação dos cotistas em assembleia que será convocada para esse fim. Onde o RPPS de Candiota foi convocado para Assembleia de cotistas para proceder o voto se aceita ou não a alteração da administração hoteleira. O Comitê de Investimentos – CI, através do gestor Julio Ritta fez contato com Escritório de Advocacia Bruno Barreto Advogados que presta assessoria a Prefeitura Municipal de Candiota, ao Conselho Municipal de Previdência – CMP e ao Comitê de Investimentos – CI, nestes “fundos estressados” de como proceder o voto, sendo que o mesmo expôs parecer técnico (em anexo) e recomendou que o RPPS CANDIOTA vote “SIM” no tocante à alteração da administração hoteleira do LSH BARRA, ativo investido pelo LSH, durante a próxima AGC – Assembleia Geral de Cotista. No que se referente aos investimentos registramos que não haver necessidade de mudança na carteira no momento. Mesmo que os rendimentos de outubro não tenham sido muito bons, assim mesmo rentabilizamos positivamente no mês em R\$ 48.339,39 (Quarenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos) e no ano chegamos a rentabilidade de R\$ 9.046.193,52 (Nove milhões, quarenta e seis mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos. Deixamos registrado em Ata que tivemos que baixar do investimento BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP o valor de R\$ 476.000,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil reais), para pagamento da folha dos servidores inativos, pois a Administração Municipal não havia repassado os valores dos parcelamentos em vigor e nem a parte patronal do mês, causando prejuízo as aplicações do RPPS. A presente Ata será apresentada para apreciação e aprovação dos membros do Conselho Municipal de Previdência. Sugerimos ao colegiado a aprovação da Política de Investimentos - PI 2024. Nada a mais a ser tratado, fica encerrada a presente reunião, que ficou relatada nesta ata que será assinada por todos os presentes.

Alexs de Lima



Recebido 14/11/23



**Everaldo Lima Gonçalves**  
Pres. do Conselho Mun. de Previdência  
Candiota - RS